



Para mais informações:

www.comunidadesegura.mpba.mp.br

comunidadesegura@mpba.mp.br



MPdaBahia



/MPBahia



@MPdaBahia

CEOSP:

(71) 3103-0380 / 0381 / 0382



Projeto
**Comunidade
Segura**

**Segurança Pública.
Se você tem o que dizer
agora tem onde falar.**



GESTÃO
ESTRATÉGICA

CEOSP
Segurança Pública
e Defesa Social



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

**Projeto Comunidade Segura.
Você discutindo soluções junto
com quem faz a Segurança Pública.**

CONHEÇA O PROJETO COMUNIDADE SEGURA E FAÇA PARTE DA DISCUSSÃO DE SOLUÇÕES PARA SEGURANÇA NA SUA COMUNIDADE.

O Projeto Comunidade Segura, tem o objetivo de estimular a comunidade a contribuir para a melhoria do sistema de defesa social. Esta é uma iniciativa do Ministério Público do Estado da Bahia, por intermédio do Centro de Apoio Operacional de Segurança Pública e Defesa Social – CEOSP, e faz parte do Plano Geral de Atuação (PGA).

Com o Projeto, o Ministério Público vai atuar como parceiro das comunidades e suas lideranças, promovendo a implantação e o fortalecimento dos Conselhos Comunitários de Segurança – CONSEG, órgãos comunitários que fazem a ligação entre o sistema de segurança pública e a sociedade.

OS CONSEGS

Os Conselhos Comunitários são organizações de utilidade pública, formadas pela sociedade civil, sem fins lucrativos, com o objetivo de mobilizar e unir forças da comunidade para a discussão de problemas da segurança pública da região - seja do bairro ou até mesmo do município.

O CONSEG é um espaço para o exercício de cidadania e democracia direta. Onde já existem Conselhos Comunitários de Segurança instalados, mas sem funcionar, o Projeto Comunidade Segura propõe que seja feita uma reinstalação, adaptando o estatuto com o modelo proposto pelo PCS.

O Projeto Comunidade Segura busca promover uma política integral de segurança, já que o diálogo entre o poder público e a sociedade civil é crucial para a definição de soluções referentes à segurança pública. Este direcionamento atende à iniciativa estratégica do CEOSP, de estabelecer parcerias com o Poder Executivo e a sociedade civil organizada para debater e promover medidas eficazes de redução da violência nas comunidades e a implantação de Conselhos de Segurança em 100% dos municípios do Estado da Bahia.

Além do diálogo com os Conselhos Comunitários de Segurança, o Projeto Comunidade Segura terá suporte do Geoprocessamento para coletar dados da área criminal dos municípios baianos, a fim de auxiliar os estudos e análises para compreender melhor os eventos criminais e exatamente onde acontecem. O georreferenciamento será realizado em duas fases: piloto (em Ipirá, Ribeira do Pombal, Irecê, Alagoinhas e Cícero Dantas) e de expansão (demais comarcas do Estado da Bahia).

O Conselho Comunitário de Segurança deve ser responsável por diagnosticar problemas das comunidades e criar ações preventivas na área de segurança pública, em reuniões periódicas com representantes da sociedade civil, igrejas e escolas, bem como com as organizações policiais. Um espaço de integração e debate sobre o sistema de segurança pública.

O GEORREFERENCIAMENTO

O Georreferenciamento é um processo que relaciona dados alfanuméricos a coordenadas geográficas, por meio de um conjunto de conceitos, métodos e técnicas específicos. No Projeto Comunidade Segura, o georreferenciamento vai fazer uma associação entre os registros das ocorrências criminais provenientes da atuação ministerial e os espaços onde eles acontecem.

Esta atividade é promovida pelo CEOSP, que integra o Projeto Comunidade Segura, e será desenvolvida pela Unidade de Geoprocessamento e Inteligência – UNIGEO/ CSI-NIC do MPBA.

Seu objetivo é auxiliar o Ministério Público no planejamento e na execução de atividades referentes à gestão e acompanhamento das políticas públicas de segurança do estado, analisando características, monitorando fatores que contribuam para o surgimento, crescimento e continuação dos eventos criminais nos municípios, além de colaborar com a construção de diagnósticos da geografia do crime e suas influências nas ações sociais comunitárias.

O georreferenciamento também tem como função orientar a população quanto aos bairros e lugares em que ocorrem determinados tipos de crimes. Afinal, quando a população local está bem informada pode colaborar nas sugestões de políticas públicas visando à mudança do panorama criminal.

PARTICIPAÇÃO POPULAR

A população pode e deve participar, entrando em contato com a Promotoria de Justiça da sua região ou enviando e-mail para a coordenação do projeto.

INSTITUIÇÕES PARCEIRAS

Departamento de Polícia Rodoviária Federal
Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia
Polícia Militar da Bahia
Polícia Federal
Ministério da Justiça
Fecoseg - Federação dos Conselhos Comunitários de
Segurança Pública do Estado da Bahia.